



**Demonstrações Contábeis
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial Alfa**

Em 30 de junho de 2019 e 2018



Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa 30 de junho de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial Consolidado

Demonstração Consolidada de Resultado

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial



Conglomerado Prudencial Alfa

(Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI, Fundos de Investimentos (Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Priv. - IE - IP); Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos divulgando as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa relativas às atividades desenvolvidas nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas das correspondentes notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

O Consolidado Prudencial Alfa objeto destas demonstrações contábeis consolidadas é composto das seguintes instituições: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, Fundos de Investimentos: Único - Fic de FI Multimercado – Crédito Privado - IE - IP, Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A..

Essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa têm finalidade específica de atender as determinações da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e da Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 3.701 de 13 de março de 2014, não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. Sua elaboração tomou por base o somatório dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis individuais das instituições financeiras que o integram, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do semestre as dificuldades para a tramitação da reforma da previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, com foco em desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo colocada em segundo plano.



Apesar das dificuldades da articulação política para garantir a tramitação da reforma no Congresso, chegou-se ao fim do semestre com a expectativa de aprovação de uma reforma robusta, com uma economia prevista para os próximos 10 anos consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso de mercado e perspectiva de aprovação potencial em 1º turno no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. O nível de atividade econômica, na falta de estímulos concretos adicionais, não sustentou as previsões otimistas do início do ano. O PIB no 1º trimestre recuou 0,2% em relação ao último trimestre de 2018 e as previsões para o 2º trimestre indicam um incremento apenas ligeiramente superior a zero.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou bastante adverso no decorrer do 1º semestre. Em meio à continuidade da indefinição no conflito comercial entre Estados Unidos e China, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento ao redor do mundo. Respondendo a esse cenário, os principais bancos centrais optaram por sinalizar de forma mais explícita a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário.

No Brasil, esse ambiente de desaquecimento da economia global e maior liquidez corroborou o quadro de menor risco inflacionário derivado da decepção com o ritmo de crescimento doméstico e, com o aumento concreto das chances de aprovação da reforma da previdência, permitiu à autoridade monetária sinalizar a possibilidade de também iniciar aqui um ciclo de afrouxamento monetário.

A expectativa para o 2º semestre é aprovação da reforma da previdência pelo Senado ao redor de outubro, e de que o governo possa se voltar à agenda de crescimento econômico, com algumas medidas pontuais com efeito de curto prazo (como a liberação de recursos do FGTS, por exemplo) e mais foco em uma agenda de longo prazo (incentivo ao investimento, desestatização, energia, infraestrutura, medidas de auxílio a estados e municípios e reforma administrativa). Passada a aprovação da reforma da previdência, o governo também se voltará para levar adiante a reforma tributária, de trâmite igualmente difícil, e que deve dominar as discussões do Congresso no 2º semestre, embora sem chances concretas de aprovação no curto prazo.

Com elevados índices de desemprego e ociosidade na economia, gastos públicos e demanda externa comprometidos, muito da retomada esperada no 2º semestre e também adiante dependerá da retomada da confiança entre os agentes quanto à capacidade do governo de implementar a contento sua agenda de longo prazo. A expectativa para o crescimento da economia este ano aponta para uma expansão de 0,8% no PIB, já considerando o impulso esperado de curto prazo com a liberação de recursos do FGTS e um provável ciclo de corte de juros de 100p.p. na taxa Selic pelo Copom no decorrer do 2º semestre.



DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado e patrimônio líquido

As instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa apresentaram lucro líquido consolidado de R\$ 62.931 mil no semestre (30/06/2018 R\$ 62.883 mil). O patrimônio líquido consolidado do Conglomerado Prudencial Alfa atingiu R\$ 1.474.484 mil no final do semestre (30/06/2018 R\$ 1.424.615 mil).

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2019, atingiu índice de capital de 20,11% (30/06/2018 19,21%) calculado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”, nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2019, que equivale a 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%).

Rating

As instituições do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA (bra)" para crédito de longo prazo.
- Moodys: "NP", para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados

O volume de recursos captados atingiu R\$ 12.017.778 mil ao final do semestre (30/06/2018 R\$ 10.917.897 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 310.363 mil (30/06/2018 R\$ 159.757 mil) em depósitos à vista, interfinanceiros e a prazo, R\$ 1.780.287 mil (30/06/2018 R\$ 1.495.110 mil) em captações no mercado aberto, R\$ 8.570.093 mil (30/06/2018 R\$ 7.837.641 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos, R\$ 322.311 mil (30/06/2018 R\$ 309.896 mil) em empréstimos obtidos no país, R\$ 42.262 mil (30/06/2018 R\$ 181.983 mil) em empréstimo obtidos no exterior, R\$ 878.059 mil (30/06/2018 R\$ 908.969 mil) em repasses do BNDES, R\$ 111.297 mil (30/06/2018 R\$ 15.705 mil) em repasses no exterior, R\$ 3.106 mil (30/06/2018 R\$ 8.836 mil) em venda de ativos financeiros.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 15.474.232 mil (30/06/2018 R\$ 13.872.541 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 6.031.601 mil (30/06/2018 R\$ 5.188.227 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu



R\$ 5.102.059 mil (30/06/2018 R\$ 4.271.288 mil), correspondente a 33,0% (30/06/2018 30,8%) dos ativos totais. Representada principalmente por 84,9% (30/06/2018 81,3%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. As instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa mantiveram a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.430.518 mil (30/06/2018 R\$ 3.119.633 mil). O Conglomerado Financeiro Alfa classificou 11,7% (30/06/2018 11,5%) dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em razão da intenção da Administração e de sua capacidade financeira comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria.

A carteira de crédito incluindo, empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, relações interfinanceiras, garantias prestadas e ajuste a valor de mercado item objeto de hedge, nos termos da Carta-Circular BACEN nº 3.624/13, atingiu o saldo de R\$ 10.370.021 mil ao final do semestre (30/06/2018 R\$ 9.673.694 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 99,1% (30/06/2018 98,7%) das operações classificadas entre os níveis de risco “AA” a “C” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 61.050 mil (30/06/2018 R\$ 45.806 mil) correspondente 0,8% (30/06/2018 0,6%) da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, sendo que R\$ 44.565 mil (30/06/2018 R\$ 30.906 mil) encontravam-se vencidos há mais de 60 dias. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 113.812 mil (30/06/2018 R\$ 155.826 mil), correspondendo a 1,4% (30/06/2018 2,0%) da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, 37,6% (30/06/2018 52,0%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27 de julho de 2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial Alfa, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.



AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Conglomerado Prudencial Alfa, ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIAS



Conglomerado Prudencial Alfa
Balço Patrimonial Consolidado (Em Reais Mil) - ATIVO

	30/06/2019	30/06/2018
Circulante	10.396.912	9.695.000
Disponibilidades	3.890	7.376
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	910.657	874.689
Aplicações no Mercado Aberto	904.143	872.067
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.514	2.622
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	4.824.629	3.798.976
Carteira Própria	2.141.546	2.637.575
Vinculados a Operações Compromissadas	1.805.408	683.201
Vinculados à Prestação de Garantias	866.133	468.454
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	11.542	9.746
Relações Interfinanceiras	288.429	189.722
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	193.810	168.010
Depósitos no Banco Central	7.567	6.000
Repases Interfinanceiros (Nota 05)	87.052	15.711
Correspondentes	-	1
Operações de Crédito (Nota 05)	3.207.669	3.650.844
Setor Privado	3.235.113	3.700.937
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.783	6.360
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(30.227)	(56.453)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 05)	1.494	(2.684)
Setor Privado	130.348	139.944
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(126.086)	(137.899)
Valores Residuais a Realizar	59.924	20.532
(Valores Residuais a Balancear)	(59.924)	(20.532)
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2.768)	(4.729)
Outros Créditos	1.132.502	1.159.485
Carteira de Câmbio (Nota 06)	99.149	179.016
Rendas a Receber	2.932	8.854
Negociação e Intermediação de Valores	852	849
Diversos (Nota 07)	1.045.550	990.387
(Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(15.981)	(19.621)
Outros Valores e Bens (Nota 07)	27.642	16.592
Outros Valores e Bens	19.389	10.231
(Provisão Para Desvalorização)	(1.974)	(3.085)
Despesas Antecipadas	10.227	9.446
Realizável a Longo Prazo	4.324.184	3.483.448
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	296.315	514.562
Carteira Própria	288.972	482.058
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	7.343	32.504
Relações Interfinanceiras	25.218	-
Repases Interfinanceiros (Nota 05)	25.218	-
Operações de Crédito (Nota 05)	3.644.151	2.686.406
Setor Privado	3.699.033	2.753.390
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	196	1.983
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(55.078)	(68.967)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 05)	(4.286)	(6.056)
Setor Privado	152.840	133.321
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(152.840)	(133.321)
Valores Residuais a Realizar	80.379	86.723
(Valores Residuais a Balancear)	(80.379)	(86.723)
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4.286)	(6.056)
Outros Créditos	351.872	287.387
Diversos (Nota 07)	357.344	287.387
(Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(5.472)	-
Outros Valores e Bens (Nota 07)	10.914	1.149
Despesas Antecipadas	10.914	1.149
Permanente	753.136	694.093
Investimentos	342.017	326.569
Participações em Coligadas e Controladas no País	340.858	325.410
Outros Investimentos	1.906	1.906
Provisão para Perdas	(747)	(747)
Imobilizado de Uso	14.066	12.861
Imóveis de Uso	2.897	2.897
Outras Imobilizações de Uso	28.670	25.921
(Depreciação Acumulada)	(17.501)	(15.957)
Imobilizado De Arrendamento (Nota 05)	394.426	351.626
Bens Arrendados	696.644	651.330
(Depreciação Acumulada)	(302.218)	(299.704)
Intangível	2.627	3.037
Ativos Intangíveis	7.403	6.800
(Amortização Acumulada)	(4.776)	(3.763)
Total Geral do Ativo	15.474.232	13.872.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Conglomerado Prudencial Alfa
Balço Patrimonial Consolidado (Em Reais Mil) - PASSIVO

	30/06/2019	30/06/2018
Circulante	7.104.886	4.730.503
Depósitos (Nota 09)	91.014	120.231
Depósitos à Vista	17.865	27.215
Depósitos Interfinanceiros	23.430	12.445
Depósitos a Prazo	49.719	80.571
Captações no Mercado Aberto (Nota 09)	1.780.287	1.495.110
Carteira Própria	1.780.287	680.043
Carteira de Terceiros	-	815.067
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	4.211.942	2.212.169
Recursos de Aceites Cambiais	-	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.211.942	2.212.169
Relações Interfinanceiras	2.761	3.377
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.761	3.377
Relações Interdependências	20.154	22.289
Recursos em Trânsito de Terceiros	20.154	22.289
Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	364.573	181.983
Empréstimos no País	322.311	-
Empréstimos no Exterior	42.262	181.983
Obrig. por Repasses no País - inst. Oficiais (Nota 09)	209.082	384.626
BNDES	92.095	236.734
FINAME	116.987	147.892
Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 09)	86.094	15.705
Repasses no Exterior	86.094	15.705
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	79.183	48.467
Instrumentos Financeiros Derivativos	79.183	48.467
Outras Obrigações	259.796	246.546
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.315	7.441
Carteira de Câmbio (Nota 06)	49.598	4.761
Sociais e Estatutárias	13.058	18.186
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	32.070	26.241
Negociação e Intermediação de Valores	3.239	1.369
Diversas (Nota 10b)	155.516	188.548
Exigível a Longo Prazo	5.844.550	6.717.585
Depósitos (Nota 09)	219.349	39.526
Depósitos Interfinanceiros	-	10.314
Depósitos a Prazo	219.349	29.212
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	4.358.151	5.625.472
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.358.151	5.625.472
Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	-	309.896
Empréstimos no País	-	309.896
Obrig. por Repasses no País - Inst. Oficiais (Nota 09)	668.977	524.343
BNDES	436.469	216.088
FINAME	232.508	308.255
Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 09)	25.203	15.705
Repasses no Exterior	25.203	15.705
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16)	335.277	112.057
Instrumentos Financeiros Derivativos	335.277	112.057
Outras Obrigações	237.593	106.291
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	105.420	28.827
Diversas (Nota 10b)	132.173	77.464
Resultado de Exercícios Futuros	22.586	28.411
Participações de Não Controladores	1.027.726	971.427
Patrimônio Líquido	1.474.484	1.424.615
Capital Social	697.200	679.000
Reservas de Capital	12.264	12.264
Reservas de Lucros	474.993	493.193
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(10.201)
Lucros Acumulados	290.247	250.359
Ações em Tesouraria	(220)	-
Total Geral do Passivo	15.474.232	13.872.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Demonstração Consolidada do Resultado - Em Reais Mil

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira	693.496	695.765
Operações de Crédito	554.734	383.058
Operações de Arrendamento Mercantil	90.204	96.337
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	210.889	164.314
Resultado de Operações de Câmbio	4.230	30.235
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 16g)	(166.561)	21.821
Despesas da Intermediação Financeira	(448.343)	(494.956)
Operações de Captação no Mercado	(322.038)	(300.939)
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(37.739)	(89.930)
Operações de Arrendamento Mercantil	(71.463)	(75.448)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 05i)	(16.876)	(28.065)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 05b)	(227)	(574)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	245.153	200.809
Outras Receitas/(Despesas Operacionais)	(149.240)	(108.187)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias (Nota 18a)	52.992	55.847
Despesas de Pessoal	(108.557)	(97.816)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18b)	(65.802)	(59.941)
Despesas Tributárias	(21.393)	(20.724)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	6.984	6.415
Outras Receitas Operacionais (Nota 18c)	49.907	33.097
Outras Despesas Operacionais (Nota 18d)	(63.371)	(25.065)
Resultado Operacional	95.913	92.622
Resultado Não Operacional (Nota 18e)	324	(396)
Resultado Antes da Tributação e Participações	96.237	92.226
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 08a)	(28.160)	(24.645)
Imposto de Renda	(17.693)	(16.671)
Contribuição Social	(11.341)	(13.826)
Ativo Fiscal Diferido	874	5.852
Participações Estatutárias no Lucro	(5.146)	(4.698)
Empregados	(5.146)	(4.698)
Lucro Líquido	62.931	62.883
Participação de Controladores	28.034	26.408
Participação de não Controladores	34.897	36.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Conglomerado Prudencial Alfa
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho (em R\$ mil)

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
SALDOS EM 31/12/2017	653.000	14.167	519.193	261	233.136	(617)	1.419.140
AUMENTO DE CAPITAL	26.000	-	(26.000)				-
OUTROS EVENTOS :							
Cancelamento de ações próprias	-	(1.903)	-	-	-	1.903	-
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(1.286)	(1.286)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	(10.462)	-	-	(10.462)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(9.185)	-	(9.185)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(36.475)	-	(36.475)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	62.883	-	62.883
SALDOS EM 30/06/2018	679.000	12.264	493.193	(10.201)	250.359	-	1.424.615
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	26.000	(1.903)	(26.000)	(10.462)	17.223	617	5.475
SALDOS EM 31/12/2018	679.000	12.264	493.193	2.163	272.018	-	1.458.638
AUMENTO DE CAPITAL	18.200	-	(18.200)				-
OUTROS EVENTOS :							
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(220)	(220)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	(2.163)	-	-	(2.163)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(9.805)	-	(9.805)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(34.897)	-	(34.897)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	62.931	-	62.931
SALDOS EM 30/06/2019	697.200	12.264	474.993	-	290.247	(220)	1.474.484
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	18.200	-	(18.200)	(2.163)	18.229	(220)	15.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Nos termos requeridos pelo art. 4º da Circular BACEN 3.701 de 13 de março de 2014, as demonstrações contábeis do Consolidado Prudencial Alfa foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, sobre as quais a instituição detém controle direto ou indireto, correspondentes à data-base 30/06/2019, no estágio imediatamente anterior ao da distribuição dos resultados.



Conglomerado Prudencial Alfa

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Em Reais Mil Semestres findos em 30 de junho (em R\$ mil)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	62.931	62.883
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	79.315	97.608
Depreciações e amortizações	1.927	1.707
Depreciações de imobilizado de arrendamento	60.250	63.253
Resultado da avaliação de investimento pelo método de equivalência patrimonial	(6.984)	(6.415)
Provisão para TVM com características de crédito	(795)	237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.876	28.065
Ajustes de provisão de passivos contingentes	10.329	6.432
Ajuste de atualização de depósito judicial	(1.755)	(557)
Superveniência (insuficiência) de depreciação	(533)	4.886
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.047.080)	349.349
Títulos e valores mobiliários	(38.443)	494.716
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	38.993
Operações de crédito	(612.486)	208.420
Operações de arrendamento mercantil	(1.669)	1.087
Outros créditos	(261.006)	(355.258)
Outros valores e bens	(9.821)	(977)
Relações interfinanceiras	(21.157)	(16.428)
Aquisição de bens não de uso próprio	(13.594)	(2.336)
Aquisição de imobilizados de arrendamento	(112.528)	(46.733)
Diferido de arrendamento	(14.343)	(7.023)
Alienação de bens não de uso próprio	2.598	2.289
Alienação de imobilizados de arrendamento	35.369	32.599
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	1.051.324	154.859
Depósitos	170.529	52.667
Captações no mercado aberto	275.231	(155.451)
Recursos de aceites e emissão de títulos	432.155	652.208
Relações interfinanceiras	2.760	3.377
Relações interdependências	(20.237)	1.265
Obrigações por empréstimos e repasses	(33.004)	(301.518)
Instrumentos financeiros derivativos	126.335	(59.903)
Outras obrigações	137.652	(11.531)
Resultados de exercícios futuros	(3.893)	260
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(36.204)	(26.515)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	146.490	664.699
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Dividendos de coligadas	-	(1.882)
Aquisição de imobilizados de uso	(1.505)	(2.450)
Aplicações no intangível	(401)	(155)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	415	474
Alienação de investimentos	1	-
Alienação de imobilizados de uso	72	134
Títulos mantidos até o vencimento	89.231	(78.965)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	87.813	(82.844)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de ações própria	(220)	(1.286)
Varição de participação dos acionistas não controladores	(34.897)	(36.474)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(35.117)	(37.760)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	199.186	544.095
Caixa e equivalentes no início do semestre	715.361	337.970
Caixa e equivalentes no final do semestre	914.547	882.065
Aumento de caixa e equivalentes	199.186	544.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA DO SEMESTRE E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM REAIS MIL

(01) – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Alfa. O qual foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Alfa é composto por entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado Alfa, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda. Além destas entidades o Conglomerado Alfa é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A., empresas essas que não são investidas das empresas anteriormente citadas. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado Alfa está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Conglomerado possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

(b) Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa (“Conglomerado”) estão sendo apresentadas em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 3.701 de 13 de março de 2014 e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A., elaboradas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.



Estas demonstrações contábeis consolidadas tem o objetivo de possibilitar uma adequada análise do conjunto das instituições que integram o Conglomerado Prudencial, tal como definido pela Resolução CMN nº 4.280/13, a saber: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, o Banco Alfa de Investimento S.A. que é a instituição líder, e suas empresas controladas Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Fundo de Investimento: Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Priv. - IE - IP, investimentos, nos quais a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. retém substancialmente riscos e benefícios.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas nos termos do art. 7º da Resolução CMN nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 com aplicação das definições, critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e se basearam nas demonstrações contábeis primárias individuais das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, correspondentes à mesma data-base, no estágio imediatamente anterior ao da distribuição dos resultados, exceto quanto aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, nos termos requerido pelo art. 4º da Circular BACEN nº 3.701/14, ajustadas, quando aplicável, para refletir as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder, o Banco Alfa de Investimento S.A.

Nos termos requeridos pelo art. 4º da Circular BACEN 3.701 de 13 de março de 2014, as demonstrações contábeis do Consolidado Prudencial Alfa foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, sobre as quais a instituição detém controle direto ou indireto, correspondentes à data-base 30/06/2019, no estágio imediatamente anterior ao da distribuição dos resultados.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações foram concluídas em 07/08/2019. As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria e as empresas BAI e FASA pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 08/08/2019 e estão divulgadas, no endereço eletrônico www.alfanet.com.br.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas as operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(c) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões.



Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Conglomerado, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Conglomerado e suas controladas constituem um segmento de atacado e varejo, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, financiamentos, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

d) Reclassificação para fins de comparabilidade:

A partir do 2º semestre de 2018 a Financeira Alfa S.A. efetuou a reclassificação das operações realizadas junto às empresas participantes do sistema de liquidação e arranjo de pagamentos (títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios), até então registradas no grupo de “Outros Créditos – Diversos”, para o grupo “Relações Interfinanceiras”.

Seguem abaixo as reclassificações efetuadas em 30/06/2018 no Balanço Patrimonial visando permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis consolidadas:

	Balanço Patrimonial			
	30/06/2018	Reclassificação	30/06/2018	30/06/2019
Outros Créditos - Diversos	1.439.606	(161.832)	1.277.774	1.402.894
Relações Interfinanceiras	27.890	161.832	189.722	313.647

(02) – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e de maneira uniforme a todas as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, nos termos da Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14.

(a) Consolidação: As demonstrações contábeis deste Consolidado Prudencial (Conglomerado) foram elaboradas de acordo com os artigos 7º e 8º da Circular BACEN nº 3.701/14, que estabelecem a soma dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis primárias individuais das entidades que o integram, correspondentes à mesma data-base, no estágio imediatamente anterior ao da distribuição dos resultados, exceto quanto aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes.

Estas demonstrações contábeis consolidadas incluem, as demonstrações contábeis das seguintes instituições: Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., e o fundo de investimento, Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Priv. - IE – IP 100%, investimento no qual a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., tem participação e retém substancialmente riscos e benefícios.

As demonstrações contábeis do fundo de investimentos, Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Priv. - IE - IP, teve seu critério contábil, formas de classificação contábil de sua operação, adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.



As demonstrações contábeis individuais para fins gerais requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN foram publicadas no jornal DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços em 23 de agosto de 2019.

(b) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001 e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 04 "b" e 16). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 05 "h").

(d) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068 de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira do Conglomerado de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.



As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgadas por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(e) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Conglomerado Financeiro Alfa ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002 e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Conglomerado Prudencial Alfa não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de “*hedge* de fluxo de caixa”.

O Conglomerado Prudencial Alfa, conforme descrito na nota explicativa nº 16, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como “*Hedge* de risco de mercado”, tendo como objeto operações de crédito, arrendamento mercantil e empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e de captação designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE e Dólar X DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.



A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 16 destas demonstrações contábeis.

(f) Cessão de créditos: Para cessões de crédito com coobrigação realizadas no período de outubro de 2008 a outubro de 2009, a Administração do Conglomerado, adotou a faculdade prevista na Resolução CMN nº 3.673 de 26/12/2008 de aplicação antecipada dos procedimentos definidos na Resolução CMN nº 3.533 de 31/01/2008.

Cessões de crédito com coobrigação realizadas após 1º de janeiro de 2012, estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. Dispõe a Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008 que em cessões de crédito com coobrigação, onde em razão da coobrigação assumida ocorre a retenção substancial pelo cedente dos riscos e benefícios relacionados às operações de crédito objeto de cessão:

- o ativo financeiro objeto da venda/cessão deve permanecer na sua totalidade registrado no ativo, na rubrica “Operações de Crédito – Vinculadas à Cessão”;
- os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas / Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão”; e
- as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

As cessões de crédito com transferência dos riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, e, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036, de 30/11/2011 de diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operações de crédito anteriormente cedidas, registrando, desta forma, os resultados destas renegociações no mesmo período contábil em que são realizadas.

(g) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%; veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%.
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(i) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de



2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Conglomerado a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 08 “b”).

(j) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 05 “i”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 16);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(k) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal, previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

O Conglomerado constitui provisão para coobrigações e riscos em garantias prestadas conforme Resolução BACEN nº 4.512 de 28/07/2016, vide nota explicativa nº 11.

(l) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentado em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Conglomerado. Exceto quando indicado, as demonstrações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.



(03) – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(a) Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada: títulos públicos do tesouro nacional	904.143	872.067
Aplicações em moedas estrangeiras	6.514	2.622
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>910.657</u>	<u>874.689</u>

O Conglomerado possui Certificados de Depósitos Bancários com taxa indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimentos até 31/07/2019.

(04) – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Títulos do Tesouro Nacional	1.685.817	2.341.725
Letras financeiras do tesouro	706.539	488.515
Letras do tesouro nacional	979.278	1.499.631
Notas do tesouro nacional	-	353.579
Ações de companhias abertas	-	39.173
Debêntures	283.208	180.368
Notas promissórias	158.328	159.963
Cotas de fundos de investimento	95.535	89.544
Cédulas do produto rural - CPR	207.630	308.860
Títulos Livres	<u>2.430.518</u>	<u>3.119.633</u>
Títulos do tesouro nacional	2.643.642	1.128.730
Letras financeiras do tesouro	856.191	1.128.730
Letras do tesouro nacional	1.787.451	-
Cotas de fundo de investimento	27.899	22.925
Títulos Vinculados	<u>2.671.541</u>	<u>1.151.655</u>
TOTAL - Títulos e Valores Mobiliários	<u>5.102.059</u>	<u>4.271.288</u>
<i>Swaps</i>	18.885	40.985
Prêmios de opções	-	1.265
TOTAL – Instrumentos Financeiros Derivativos (*)	<u>18.885</u>	<u>42.250</u>
TOTAL GERAL	<u>5.120.944</u>	<u>4.313.538</u>

(*) Vide detalhes na nota explicativa nº 16.



(b) Carteira de títulos e valores mobiliários por categorias e prazos de vencimento

	Sem vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1081 dias	Saldos em 30/06/2019	Valor de Custo (b.2)
Títulos do Tesouro Nacional	-	219.946	2.341.098	1.444.804	323.611	4.329.459	4.324.420
Letras financeiras do tesouro	-	-	77.821	1.161.298	323.611	1.562.730	1.562.260
Letras do tesouro nacional	-	219.946	2.263.277	283.506	-	2.766.729	2.762.160
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	95.535	-	-	-	-	95.535	95.531
Debêntures	-	-	-	79.927	-	79.927	79.939
Títulos para Negociação (b.3)	95.535	219.946	2.341.098	1.524.731	323.611	4.504.921	4.499.890
Notas promissórias	-	105.472	15.857	36.999	-	158.328	158.328
Cotas de Fundos de Investimento	27.899	-	-	-	-	27.899	27.899
Cédulas do produto rural - CPR	-	57.931	101.007	48.692	-	207.630	207.630
Debêntures	-	-	-	115.362	87.919	203.281	203.281
Títulos Mantidos até o Vencimento	27.899	163.403	116.864	201.053	87.919	597.138	597.138
Total em 30/06/2019	123.434	383.349	2.457.962	1.725.784	411.530	5.102.059	5.097.028
% Concentração	2,4%	7,5%	48,2%	33,8%	8,1%	100,0%	
Total em 30/06/2018	112.469	2.332.660	729.909	548.008	548.242	4.271.288	4.285.304
% Concentração	2,6%	54,6%	17,1%	12,8%	12,8%	100,0%	

(b.2) Valor de custo - representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b.3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

“Títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Os títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

(i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 5.031 (30/06/2018 R\$ 139 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 4.499.890 (30/06/2018 R\$ 3.116.737) e de mercado R\$ 4.504.921 (30/06/2018 R\$ 3.116.876), foi registrado sob o título de “resultado com títulos e valores mobiliários”.

(ii) Durante o 1º semestre, o Conglomerado vendeu todos os títulos classificados como disponíveis para venda com os respectivos efeitos registrados no resultado do período. Em 30/06/2018, o ajuste negativo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 17.831, obtido entre os valores de custo R\$ 680.492 e de mercado R\$ 662.661 foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

“Títulos mantidos até o vencimento”: classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Conglomerado em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 596.812 (30/06/2018 R\$ 491.240). Em fevereiro/19, houve a recompra de uma nota promissória por parte do emissor no valor de R\$ 133.012.

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLC.

(c) Composição de títulos vinculados:



	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Vinculados a operações compromissadas	1.805.408	683.201
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	805.112	414.647
Títulos dados em operações de clearing de câmbio	21.654	19.102
Títulos dados em garantia em ações judiciais	11.468	11.780
Operações em câmara de liquidação e compensação	27.899	22.925
Total	<u>2.671.541</u>	<u>1.151.655</u>

(05) – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Composição da carteira de crédito

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Empréstimos e títulos descontados	3.883.271	3.305.858
Financiamentos	2.791.579	3.062.311
Financiamentos rurais	1.387	7.931
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 5b)	2.979	8.343
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados (1)	51.339	154.294
Operações de arrendamento Mercantil (2)	270.504	252.925
Outros créditos (3)	960.281	919.490
Total da Carteira	<u>7.961.340</u>	<u>7.711.152</u>
Relações interfinanceiras (4)	285.384	177.543
Garantias prestadas (5)	1.865.388	1.706.772
Ajuste a valor de mercado - item objeto de <i>hedge</i>	257.909	78.227
Total Global da Carteira	<u>10.370.021</u>	<u>9.673.694</u>

O Conglomerado realiza operações de captação através de “letras de crédito do agronegócio” classificadas no grupo “recursos de aceites e emissão de títulos” conforme descrito na nota explicativa nº 09. Lastreadas na data destas demonstrações contábeis consolidadas no montante de R\$ 770.474 (30/06/2018 R\$ 701.839), sendo R\$ 561.020 (30/06/2018 R\$ 390.323) por operações de crédito e R\$ 209.454 (30/06/2018 R\$ 311.516) por títulos de crédito (classificados no grupo “títulos e valores mobiliários”).

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como redutores de “outras obrigações – carteira de câmbio” acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram, registrados na rubrica “outros créditos – carteira de câmbio” (vide nota explicativa nº 06).

(2) Operações de Arrendamento Mercantil:

(2.a) A carteira de arrendamento mercantil está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, abaixo a composição das operações apresentada nas diversas contas patrimoniais:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Arrendamento a receber - setor privado	283.188	273.265
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(278.926)	(271.220)
Imobilizado de arrendamento líquido de depreciação	394.426	351.626
Credores por antecipação de valor residual (i)	(128.184)	(100.746)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>270.504</u>	<u>252.925</u>



(i) Credores por Antecipação de Valor Residual estão classificados no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" (nota 10b)

(2.b) Imobilizado de arrendamento

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Máquinas e equipamentos	205.649	223.228
Veículos e afins	198.037	225.789
Aeronaves	179.452	83.724
Outros bens arrendados	88.323	90.000
Perdas em arrendamentos a amortizar	52.118	61.639
Amortização acumulada	(26.935)	(33.050)
TOTAL BENS ARRENDADOS	<u>696.644</u>	<u>651.330</u>
Depreciações acumuladas	(290.787)	(290.311)
Superveniência / (Insuficiência) de depreciações	(11.431)	(9.393)
TOTAL DEPRECIÇÃO ACUMULADA	<u>(302.218)</u>	<u>(299.704)</u>
TOTAL GERAL	<u>394.426</u>	<u>351.626</u>

Em atendimento às diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429, de 20/01/1989, e objetivando compatibilizar práticas contábeis específicas (nota 02) com o valor presente dos fluxos futuros das carteiras de arrendamento, foi calculado o valor presente dos Arrendamentos a Receber utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado foi comparado com o valor residual contábil dos bens arrendados, registrando-se a diferença em insuficiência ou superveniência de depreciação, em contrapartida do resultado. Em consequência, o Conglomerado registrou um ajuste positivo no semestre de R\$ 533 (30/06/2018 ajuste negativo de R\$ 4.886).

(3) Outros créditos incluem títulos e créditos a receber (vide nota explicativa nº 07" a").

(4) Refere-se a repasses interfinanceiros no montante de R\$ 112.270 (30/06/2018 R\$ 15.711) e títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 173.114 (30/06/2018 R\$ 161.832), o qual em 30/06/2019 possuía provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 2 (30/06/2018 R\$ zero), valor líquido de provisão R\$ 173.112 (30/06/2018 R\$ zero).

(5) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação (vide nota explicativa nº 11).

(b) **Cessão de créditos com coobrigação:** As operações de cessão de crédito com coobrigação são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 02 "F" destas demonstrações contábeis.

O saldo de operações de crédito cedidas com coobrigação contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período perfaz o montante de R\$ 2.979 (30/06/2018 R\$ 8.343), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 358 (30/06/2018 R\$ 927), registrada na demonstração de resultado sob a rubrica "receitas da intermediação financeira – operações de crédito". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pelo Conglomerado, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo na rubrica "outras obrigações – diversas - obrigações por operações vinculadas a cessão", no montante de R\$ 3.106 (30/06/2018 R\$ 8.836), tendo sido apropriado no semestre despesas de juros no montante de R\$ 227 (30/06/2018 R\$ 574)



registrado na rubrica “despesas da intermediação financeira - operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

Durante o período de novembro/2009 a dezembro/2011 foram realizadas operações de cessão de crédito com coobrigação, as quais foram contabilizadas conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 2.568 de 04/05/1995, com baixa dos ativos cedidos e reconhecimento de imediato do resultado apurado nestas transações.

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036 de 30/11/2011 de diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida, registrando, desta forma, os resultados destas renegociações no mesmo semestre contábil em que são realizadas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 9 (30/06/2018 R\$ 78).

(c) Cessão de crédito sem coobrigação: A partir de novembro/2016 o Conglomerado passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 397.803 (30/06/2018 R\$ 312.755), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 57.438 (2018 R\$ 39.718) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

(d) Composição da carteira de crédito por prazos de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	30/06/2019				30/06/2018			
	(*) A Vencer	Vencidos	Total	%	(*) A Vencer	Vencidos	Total	%
a vencer até 180 dias	3.065.769	12.033	3.077.802	38,7	3.508.473	11.492	3.519.965	45,6
a vencer de 181 a 360 dias	1.270.367	7.474	1.277.841	16,1	1.285.221	7.774	1.292.995	16,8
a vencer acima de 360 dias	3.564.154	20.859	3.585.013	45,0	2.871.652	17.916	2.889.568	37,6
Total Vincendas	7.900.290	40.366	7.940.656	99,8	7.665.346	37.182	7.702.528	100,0
vencidos até 60 dias	-	3.486	3.486	-	-	3.162	3.162	-
vencidos de 61 a 180 dias	-	14.994	14.994	0,2	-	3.622	3.622	-
vencidos acima de 180 dias	-	2.204	2.204	-	-	1.840	1.840	-
Total Vencidas	-	20.684	20.684	0,2	-	8.624	8.624	-
Total da Carteira	7.900.290	61.050	7.961.340	100,0	7.665.346	45.806	7.711.152	100,0

(*) Incluem contratos vencidos até 14 dias.



(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	43.564	0,5	44.150	0,6
Indústria	1.887.148	23,7	1.893.293	24,6
Comércio	1.064.762	13,4	1.150.018	14,9
Instituições financeiras	142.792	1,8	853	-
Serviços	1.216.153	15,3	1.370.144	17,8
Pessoas físicas	3.606.921	45,3	3.252.694	42,1
Total da Carteira	7.961.340	100,0	7.711.152	100,0

(f) Relação dos 20 Maiores Devedores

(incluem as carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, adiantamentos sobre contratos de câmbio, repasses interfinanceiros, outros créditos e fianças).

Seq.	Maiores devedores / Segmento	30/06/2019		
		Saldo em R\$ mil	% sobre patrimônio líquido	% sobre total global da carteira
1	Indústria de Pneus	291.166	19,7%	2,8%
2	Automobilístico	253.422	17,2%	2,4%
3	Alimentício	211.369	14,3%	2,0%
4	Transmissão de Energia Elétrica	197.747	13,4%	1,9%
5	Produção de laminados planos de aço	188.676	12,8%	1,8%
6	Holding	176.983	12,0%	1,7%
7	Conglomerado	168.716	11,4%	1,6%
8	Automobilístico	153.853	10,4%	1,5%
9	Serviços Administrativos	151.990	10,3%	1,5%
10	Automobilístico	149.780	10,2%	1,4%
11	Agronegócio	139.546	9,5%	1,3%
12	Implementos Agrícolas	135.061	9,2%	1,3%
13	Eletroeletrônico	128.119	8,7%	1,2%
14	Banco Cooperativo	112.270	7,6%	1,1%
15	Distribuidora de Energia Elétrica	102.066	6,9%	1,0%
16	Geração de Energia Elétrica	101.127	6,9%	1,0%
17	Cosméticos	100.234	6,8%	1,0%
18	Serviços de Telecomunicação	84.731	5,7%	0,8%
19	Ferragens e Ferramentas	75.182	5,1%	0,7%
20	Instituição Financeira	73.127	5,0%	0,7%
Total dos 20 Maiores Devedores		2.995.165	203,1%	28,7%



Seq.	Maiores devedores / Segmento	30/06/2018		
		Saldo em R\$ mil	% sobre patrimônio líquido	% sobre total global da carteira
1	Automobilístico	253.422	17,8%	2,6%
2	Cartões e Benefícios	203.353	14,3%	2,1%
3	Automobilístico	195.409	13,7%	2,0%
4	Indústria de aço	183.388	12,9%	1,9%
5	Holding	172.781	12,1%	1,8%
6	Alimentício	164.364	11,5%	1,7%
7	Conglomerado	162.794	11,4%	1,7%
8	Eletroeletrônico	162.124	11,4%	1,7%
9	Automobilístico	159.577	11,2%	1,7%
10	Indústria de Pneus	152.434	10,7%	1,6%
11	Implementos Agrícolas	144.757	10,2%	1,5%
12	Serviços Administrativos	125.298	8,8%	1,3%
13	Cosméticos	115.000	8,1%	1,2%
14	Indústria de Combustível e Lubrificante	109.631	7,7%	1,1%
15	Holding/Shopping Center	85.603	6,0%	0,9%
16	Agronegócio	81.327	5,7%	0,9%
17	Transporte Metro ferroviário de passageiro	81.000	5,7%	0,9%
18	Ferragens e Ferramentas	75.988	5,3%	0,9%
19	Serviços médicos e odontológicos	71.415	5,0%	0,8%
20	Agronegócio	67.533	4,7%	0,7%
Total dos 20 Maiores Devedores		2.767.198	194,2%	29,0%

(g) **Concentração da carteira de crédito** (incluem as carteiras de empréstimos, financiamentos, leasing, adiantamentos sobre contratos de câmbio, repasses interfinanceiros, outros créditos e fianças).

Concentração	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
Maior devedor	291.166	2,8%	253.422	2,6%
Total dos 20 maiores devedores	2.995.165	28,7%	2.767.198	29,0%
Total dos 50 maiores devedores	4.185.333	40,4%	4.073.053	42,2%
Total dos 100 maiores devedores	5.119.373	49,4%	5.008.006	51,9%

(h) **Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:** A Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco estão demonstradas a seguir:



Níveis de Risco	30/06/2019					30/06/2018				
	Saldo da carteira de crédito			Provisão		Saldo da carteira de crédito			Provisão	
	(*)			Mínima		(*)			Mínima	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	1.685.615	-	1.685.615	-	-	2.696.502	-	2.696.502	-	-
A	4.762.454	-	4.762.454	23.812	25.241	1.344.131	-	1.344.131	6.721	6.721
B	990.023	8.214	998.237	9.982	12.303	3.024.770	6.835	3.031.605	30.327	45.718
C	434.783	8.271	443.054	13.292	30.589	528.467	8.065	536.532	16.096	37.524
Soma de "AA a C"	7.872.875	16.485	7.889.360	47.086	68.133	7.593.870	14.900	7.608.770	53.144	89.963
D	14.201	5.007	19.208	1.921	5.760	21.802	6.886	28.688	2.869	8.602
E	3.898	14.306	18.204	5.461	9.069	5.810	3.506	9.316	2.795	4.657
F	3.076	6.791	9.867	4.934	6.435	34.216	4.953	39.169	19.585	27.415
G	486	4.135	4.621	3.235	4.335	477	3.059	3.536	2.475	3.516
H	5.754	14.326	20.080	20.080	20.080	9.171	12.502	21.673	21.673	21.673
Soma de "D a H"	27.415	44.565	71.980	35.631	45.679	71.476	30.906	102.382	49.397	65.863
Total	7.900.290	61.050	7.961.340	82.717	113.812	7.665.346	45.806	7.711.152	102.541	155.826

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(i) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	1º Semestre	
	2019	2018
Saldo inicial do período	119.021	145.987
Complemento líquido de reversão	16.876	28.065
Baixas Líquidas dos valores recuperados	(22.085)	(18.226)
Saldo final do período	113.812	155.826

O saldo da provisão atingiu o montante de R\$ 113.812 (30/06/2018 R\$ 155.826), correspondente a 1,4% (30/06/2018 2,0%) do total da carteira, desconsiderando o montante de relações interfinanceiras, fianças prestadas e ajustes a valor de mercado – item objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 25.609 (2017 R\$ 21.389) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 21.428 (2017 R\$ 9.724). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 51.538 (30/06/2018 R\$ 81.790) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo, alteração nos prazos de vencimento, ou nas outras condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.



(06) CARTEIRA DE CÂMBIO

	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Câmbio comprado a liquidar	73.907	176.764	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	26.465	909
Direitos sobre vendas de câmbio	26.483	900	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	73.833	155.894
Adiantamentos recebidos	(1.880)	(900)	-	-
Adiantamentos s/ contratos de câmbio	-	-	(50.700)	(152.042)
Rendas a receber	639	2.252	-	-
Total Global	99.149	179.016	49.598	4.761

(07) OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

(a) Outros créditos - diversos:

	30/06/2019	%	30/06/2018	%
Títulos e créditos a receber (i)	960.281	68,5%	919.490	72,1%
Créditos tributários (nota 08b)	261.564	18,6%	197.996	15,5%
Depósitos judiciais	138.228	9,9%	134.084	10,5%
Tributos antecipados (ii)	21.444	1,5%	10.470	0,7%
Outros	21.377	1,5%	15.734	1,2%
Total	1.402.894	100,0%	1.277.774	100,0%

(i) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios, com vencimento até 22/04/2021 à taxa de 6,99% a.a. até 35,28% a.a.

(ii) Refere-se principalmente a ISS e encargos a recuperar no valor de R\$ 8.205 da empresa Alfa Arrendamento Mercantil.

(b) **Outros valores e bens:** composto principalmente por veículos e imóveis recebidos por dação em pagamento e reintegração de posse. **Despesas Antecipadas:** composto substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.



(08) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	91.091	87.528
Alíquota vigente	40%	45%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(36.436)	(39.388)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	4.747	8.480
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	68	1.792
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.087	(4.429)
Equivalência patrimonial	2.794	2.887
Resultado obtido com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.448)	(2.393)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	(820)	2.443
Superveniência/insuficiência de depreciação	133	(123)
Obrigações fiscais diferidas	(879)	(125)
Ativo fiscal diferido	874	5.852
Créditos amortizados para prejuízo	1.484	(831)
Outros valores	236	1.190
Imposto de renda e contribuição social	(28.160)	(24.645)
Sendo:		
Impostos correntes	(28.155)	(30.372)
Impostos diferidos	(5)	5.727
Despesa contabilizada	(28.160)	(24.645)

(i) Vide nota explicativa nº 02''i''.

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias	30.286	7.202	(7.222)	30.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.613	673.538	(675.624)	45.527
Insuficiência de depreciação	2.992	746	(879)	2.859
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	34.052	3.287	(2.465)	34.874
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	62.433	58.072	(13.714)	106.791
Outros créditos tributários	46.281	10.801	(15.835)	41.247
Total - Créditos Tributários	223.657	753.646	(715.739)	261.564
Obrigações fiscais diferidas	(73.761)	(58.684)	21.131	(111.314)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	149.896	694.962	(694.608)	150.250
% sobre Patrimônio Líquido	10,52%			10,19%

A Administração do Conglomerado, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2019 das empresas pertencentes ao Conglomerado, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1 ano	2 ano	3 ano	4 ano	5 ano	+ 5anos
28%	23%	15%	13%	11%	10%

Na data base do balanço, o valor presente dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 145.467 (30/06/2018 R\$ 130.022). Em 30/06/2019 todos os créditos



tributários estavam ativados; em 30/06/2018, os créditos tributários não ativados referentes à majoração da alíquota da CSLL totalizavam R\$ 14.859.

(09) – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

(a) Composição dos recursos captados

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Depósitos à vista	17.865	27.215
Depósitos interfinanceiros	23.430	22.759
Depósitos a prazo	269.068	109.783
Total de depósitos	310.363	159.757
Captações no mercado aberto	1.780.287	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	8.570.093	7.837.641
Letras de crédito do agronegócio	750.224	644.796
Letras financeiras	6.424.864	5.667.301
Letras de arrendamento mercantil	1.395.005	1.525.544
Obrigações por empréstimos no país	322.311	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	42.262	181.983
Obrigações por repasses no país	878.059	908.969
Obrigações por repasses no exterior	111.297	15.705
Obrigações por operações vinculados a cessão (nota 05b)	3.106	8.836
Total dos recursos captados	12.017.778	10.917.897

(b) Composição de depósitos e captações por prazos de vencimento

	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 361 a 1080 dias</u>	<u>Acima de 1080 dias</u>	<u>Total 30/06/2019</u>
Depósitos à vista	17.865	-	-	-	-	17.865
Depósitos interfinanceiros	-	-	23.430	-	-	23.430
Depósitos a prazo (i)	-	12.697	37.022	216.640	2.709	269.068
Total de depósitos	17.865	12.697	60.452	216.640	2.709	310.363
Captações no mercado aberto	-	1.780.287	-	-	-	1.780.287
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	1.370.874	2.841.068	4.296.024	62.127	8.570.093
Letras de crédito do agronegócio	-	166.790	455.221	128.213	-	750.224
Letras financeiras	-	1.002.452	2.056.011	3.324.563	41.838	6.424.864
Letras de arrendamento mercantil	-	201.632	329.836	843.248	20.289	1.395.005
Obrigações por empréstimos no país	-	-	322.311	-	-	322.311
Obrigações por empréstimos no exterior	-	30.327	11.935	-	-	42.262
Obrigações por repasses no país (ii)	-	53.444	155.638	381.165	287.812	878.059
Obrigações por repasses no exterior	-	41.150	44.944	25.203	-	111.297
Obrigações por operações vinculados a cessão	-	960	2.127	19	-	3.106
TOTAL DE CAPTAÇÕES	17.865	3.289.739	3.438.475	4.919.051	352.648	12.017.778
% Concentração por Prazo	0,1%	27,4%	28,6%	40,9%	2,9%	100,0%
	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 361 a 1080 dias</u>	<u>Acima de 1080 dias</u>	<u>Total 30/06/2018</u>
Depósitos à vista	27.215	-	-	-	-	27.215
Depósitos interfinanceiros	-	-	12.445	10.314	-	22.759
Depósitos a prazo (i)	-	50.880	29.691	29.212	-	109.783
Total de depósitos	27.215	50.880	42.136	39.526	-	159.757
Captações no mercado aberto	-	1.495.110	-	-	-	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	837.856	1.374.313	5.536.778	88.694	7.837.641
Letras de crédito do agronegócio	-	184.741	268.055	192.000	-	644.796
Letras financeiras	-	565.065	633.065	4.406.950	62.221	5.667.301
Letras de arrendamento mercantil	-	88.050	473.193	937.828	26.473	1.525.544
Obrigações por empréstimos no país	-	-	-	309.896	-	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	-	100.888	81.095	-	-	181.983
Obrigações por repasses no país (ii)	-	223.402	161.224	341.778	182.565	908.969
Obrigações por repasses no exterior	-	-	15.705	-	-	15.705
Obrigações por operações vinculados a cessão	-	1.271	3.357	4.208	-	8.836
TOTAL DE CAPTAÇÕES	27.215	2.709.407	1.677.830	6.232.186	271.259	10.917.897
% Concentração por Prazo	0,2%	24,8%	15,4%	57,1%	2,4%	100,0%



- (i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 148.982 (30/06/2018 R\$ 106.636), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3.
- (ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pré-fixada de 4,50% até 7,00% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 3,50% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09% até 4,64% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% até 2,88% ao ano mais SELIC, pós-fixada de 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES), e LIBOR pós-fixada de 1,20%; Operações de FINAME, com vencimentos até 15/12/2025 à taxa pré-fixada de 1,30% até 19,79% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 4,00% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09% até 5,32% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% a 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), pós-fixada de 2,00% ao ano mais dólar e pós-fixada de 1,40% até 2,61% ao ano mais SELIC.

(10) – OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Provisão para imposto de renda e contribuições diferidos (nota 08b)	111.314	30.130
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	10.821	11.830
Impostos e contribuições a recolher	15.355	13.108
Total	<u>137.490</u>	<u>55.068</u>

Diversas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Credores por antecipação de valor residual (nota 05a)	128.184	100.746
Provisão para contingências fiscais (nota 11)	23.560	26.188
Provisão para contingências trabalhistas (nota 11)	39.722	38.189
Provisão para pagamento de despesas administrativas e pessoal	32.821	36.413
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 05b)	3.106	8.836
Provisão para garantias prestadas (nota 11)	7.349	11.641
Provisão para contingências cíveis (nota 11)	4.484	4.450
Credores diversos	48.463	39.549
Total	<u>287.689</u>	<u>266.012</u>

(11) – PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:



	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Prestação de Garantias
	(a)	(b)	(c)	(d)
Saldo inicial em 01/01/2019	24.938	39.547	5.308	7.964
(+) Complemento da provisão	722	13.909 (*)	1.773	1.151
(+) Atualização da provisão	492	-	-	-
(-) Reversão da provisão	(2.592)	(2.416)	(944)	(1.766)
(-) Baixa por pagamento	-	(11.318)**	(1.653)	-
Saldo final em 30/06/2019	23.560	39.722	4.484	7.349

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(**) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para a cobrança do ISS – Prestação de Garantia e Fiança no montante de R\$ 4.191 (30/06/2018 R\$ 4.039).

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível:

O Conglomerado possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº. 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 6.874 (30/06/2018 R\$ 17.304).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e no exigível ao longo prazo na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas” e leva em conta as datas esperadas de pagamentos (vide nota explicativa 10”b”).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pelo Conglomerado a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 29.357 (30/06/2018 R\$ 24.124) na data destas demonstrações contábeis consolidadas.

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “outras obrigações diversas” (vide nota explicativa 10 “b”). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 7.234 (30/06/2018 R\$ 15.668) na data destas demonstrações contábeis consolidadas, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(d) A provisão para coobrigações e riscos em garantidas prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de



R\$ 1.841.002 (30/06/2018 R\$ 1.682.823) referente a fianças prestadas, de R\$ 24.386 (30/06/2018 R\$ 23.949) referente a créditos abertos para importação e de R\$ 112 (30/06/2018 R\$ 806) referente a coobrigações em cessões de crédito. As provisões constituídas eram R\$ 7.300 (30/06/2018 R\$ 11.521), R\$ 46 (30/06/2018 R\$ 120) e de R\$ 3 (30/06/2018 R\$ 13), respectivamente.

(12) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelos valores e número de ações/cotas das seguintes empresas:

Empresas	Quantidade de ações/cotas em circulação	Valores em R\$ mil		
		Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do semestre
Banco Alfa de Investimento S.A.	88.600.584	697.200	1.463.448	28.035
Financeira Alfa S.A. – CFI	102.942.556	448.030	923.271	30.047
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	20.485.056	178.300	321.134	(5.596)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	16.000.000	161.176	255.884	7.637
Banco Alfa S.A.	25.380.650	53.800	109.633	2.966
Fundo de Investimento:				
Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Priv. - IE - IP	867.084	86.793	93.484	2.048

Ações em Tesouraria (Financeira Alfa S.A.):

O Programa de Recompra de Ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o 1º semestre de 2019, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 100 ações ordinárias no montante de R\$ 1 e 19.500 ações preferenciais no montante de R\$ 110.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2019 é de 126.900 ações ordinárias e 100.600 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.043.

Em 30/06/2019 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,35 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 5,60, R\$ 5,63 e R\$ 5,65 respectivamente. O valor de



mercado dessas ações, em 30/06/2019, era de R\$ 6,83 por ação ON e R\$ 7,34 por ação PN.

Ações em Tesouraria (Banco Alfa de Investimento S.A.):

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Durante o 1º semestre de 2019, foram adquiridas 36.600 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 220.

Em 30/06/2019, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON são de R\$ 5,80, R\$ 6,00 e R\$ 6,20, respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2019, era de R\$ 6,66 por ação ON e R\$ 7,87 por ação PN.

(13) – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

- (a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:



	30/06/2019	30/06/2018	1º Semestre	
			2019	2018
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Depósitos à Vista	(919)	(547)	-	-
- Controlador	(59)	(7)	-	-
Administradora Fortaleza Ltda.	(53)	(2)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(1)	(1)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(1)	(2)	-	-
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(4)	(2)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(70)	(40)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(790)	(500)	-	-
Administradora Vera Cruz	(1)	(1)	-	-
Agropecuária Paraná Ltda.	(1)	-	-	-
Alfa Previdência e Vida S.A.	(34)	(35)	-	-
Alfa Seguradora S/A	(66)	(32)	-	-
Bri Participações Ltda.	(3)	(2)	-	-
C&C Casa e Construção Ltda.	(22)	(23)	-	-
Companhia Refinadora da Amazônia	(5)	(5)	-	-
Fazenda Santa Cruz	(9)	(3)	-	-
Fundação Clemente Faria	(41)	(15)	-	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(25)	(2)	-	-
Metro Táxi Aéreo Ltda.	(27)	(3)	-	-
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(135)	(2)	-	-
Nova America Holdings LTDA	(5)	(2)	-	-
Outras	(416)	(375)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(6.396)	(12.216)	(4.131)	(10.808)
- Controlador	(3.413)	(7.672)	(2.022)	(5.462)
Bri Participações Ltda.	-	(1.882)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(1)	(167)	(1)	(198)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	(168)	-	(197)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(3.409)	(5.451)	(2.019)	(5.065)
Outras	(3)	(4)	(2)	(2)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.982)	(4.539)	(2.109)	(5.340)
Alaska Poland Fia - BDR Nível 1	(2.933)	(4.469)	(2.051)	(5.258)
Outras	(49)	(70)	(58)	(82)
- Outras partes relacionadas (1)	(1)	(5)	-	(6)
Recursos de emissão de títulos	(656.447)	(686.958)	(22.744)	(44.942)
- Controlador	(397.299)	(484.234)	(14.544)	(15.346)
Alfa Holdings S.A.	(6.215)	(14.561)	(273)	(530)
BRI Participações LTDA	(239.948)	(321.347)	(9.868)	(10.178)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(42.443)	(46.458)	(1.338)	(1.487)
Corumbal Participações e Administração Ltda.	(105.826)	(97.974)	(2.963)	(3.030)
Pessoa Física	(2.867)	(3.894)	(102)	(121)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(17.177)	(15.736)	(592)	(705)
- Outras partes relacionadas (1)	(241.971)	(186.988)	(7.608)	(28.891)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(2.967)	(2.770)	(95)	(451)
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(57.835)	(45.400)	(1.744)	(23.830)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(3.980)	(1.768)	(108)	(125)
Fundação Clemente de Faria	(64.629)	(63.366)	(2.037)	(2.072)
Pessoa Física	(112.560)	(73.684)	(3.624)	(2.413)
Outras transações (2)	290	260	(13.043)	(10.303)
- Outras partes relacionadas (1)	290	260	(13.043)	(10.303)
Alfa Seguradora S.A.	218	195	-	-
Agropalma S/A	40	33	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(25)	-
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(3.093)	(2.311)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(484)	(1.165)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	1	1	(9.441)	(6.827)
Outras	31	31	-	-
Depósitos a prazo	(114.633)	(7.010)	(1.136)	(246)
- Controlador	(45)	-	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(45)	-	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.324)	(4.039)	(107)	(192)
- Outras partes relacionadas (1)	(17.272)	(2.971)	(527)	(54)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(720)	-	(2)	-
Metro Tecnologia Informática Ltda.	(4.979)	-	(15)	-
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(318)	-	(1)	-
Outras	(11.255)	(2.971)	(509)	(54)
- Controlada	(94.992)	-	(502)	-
Bri Participações Ltda.	(94.992)	-	(502)	-
Aquisição de ativos financeiros	897	-	67	-
- Outras partes relacionadas (1)	897	-	67	-
Hotel Transamerica	839	-	4	-
C&C Casa e Construção Ltda	58	-	63	-

Todas as transações entre as empresas integrantes do Conglomerado e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.



(1) Realizadas com pessoas físicas e jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se basicamente, à sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades com controle conjunto.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, de cada empresa do Conglomerado, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 15.446 (2018 R\$13.643) para membros do Conselho de Administração e Diretoria.

(b.1) Em 29/10/2018, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2019: BAI: Ordinárias 3,637%, Preferenciais 26,288% e do total de ações de 12,582%. FASA: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações de 16,786%.

(14) – GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Appetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Conglomerado”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Conglomerado. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Conglomerado devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites



definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Conglomerado. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Conglomerado mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Conglomerado, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Conglomerado exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Conglomerado deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Conglomerado deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Conglomerado tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Conglomerado, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção



parcial ou total das atividades do Conglomerado, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Conglomerado, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Conglomerado.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Conglomerado visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

(15) – ÍNDICE DE CAPITAL

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2019, atingiu índice de capital de 20,11% (30/06/2018 19,21%) calculado a partir do conceito de “Conglomerado”, nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2019, que equivale a 10,5% (PR 8,00% + ACP 2,5%).



Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)	
	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência - Nível I	2.450.766	2.342.884
Capital Principal	2.450.766	2.342.884
Patrimônio Líquido	2.491.173	2.383.277
(-) Ajustes Prudenciais	(40.407)	(40.393)
Patrimônio de Referência (PR)	2.450.766	2.342.884
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.187.135	12.196.421
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.464.382	10.007.077
Risco de Mercado	513.257	1.024.034
Risco Operacional	1.209.496	1.165.310
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	974.971	1.051.941
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	304.678	228.683
Índice de Basileia	20,11%	19,21%
Capital de Nível I	20,11%	19,21%
Capital Principal	20,11%	19,21%

(1) Conforme a Resolução BACEN nº 4.278, de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de capital passou a ser apurado a partir do conceito de “Conglomerado”.

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748, de 26/02/2015, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30/06/2019, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 14,24 % (30/06/2018 15,83%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.277, de 31/10/2013, com nova redação dada pela Resolução CMN nº 4.389, de 18/12/2014, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(16) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo-se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos



limites de exposição aprovados para o Conglomerado com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Conglomerado.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2019 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	8.393	17.974
Instrumentos financeiros derivativos para <i>hedge</i> de valor justo	(403.968)	(136.248)
Total	<u>(395.575)</u>	<u>(118.274)</u>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	11.542	9.746
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	7.343	32.504
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(79.183)	(48.467)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(335.277)	(112.057)
Total	<u>(395.575)</u>	<u>(118.274)</u>

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

Contratos	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	154.099	205.066	211.698	220.092	288.835	295.609
Mercado interfinanceiro	151.000	202.421	202.421	208.890	294.321	294.249
Moeda Estrangeira	300.000	322.311	322.311	300.000	309.896	309.896
Índices	57.187	62.820	64.893	70.561	82.767	84.360
Posição Ativa	662.286	792.618	801.323	799.543	975.819	984.114
Pré	151.000	206.601	212.565	208.890	292.640	297.109
Mercado interfinanceiro	511.286	580.365	580.365	590.653	669.245	669.154
Posição Passiva	662.286	786.966	792.930	799.543	961.885	966.263
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	5.652	8.393	-	13.934	17.851
Premio de opções	-	275	-	-	106	123
Total	-	-	8.393	-	-	17.974



c) Instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de valor justo:

Contratos	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	3.180.556	3.576.394	3.576.394	2.813.439	3.231.980	3.231.186
Posição Ativa	3.180.556	3.576.394	3.576.394	2.813.439	3.231.980	3.231.186
Pré	3.180.556	3.729.049	3.980.362	2.813.439	3.306.782	3.367.434
Posição Passiva	3.180.556	3.729.049	3.980.362	2.813.439	3.306.782	3.367.434
Total - Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(152.655)	(403.968)	-	(74.802)	(136.248)

d) Contratos Futuros:

Contratos Futuros	30/06/2019			30/06/2018		
	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor Referencial	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	34.200	(3.299.800)	-	18.005	(1.766.014)	-
Compromissos de compra – DI	5.500	533.642	-	2.085	166.841	-
Compromissos de compra – Dólar	200	38.024	-	-	-	-
Compromissos de venda – Dólar	-	-	-	50	(9.712)	-
Total Contratos Futuros	39.900	(2.728.134)	-	20.140	(1.608.885)	-

e) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos financeiros derivativos":

	30/06/2019			30/06/2018		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	Hedge de valor justo			Hedge de valor justo		
	Negociação	justo	Total	Negociação	justo	Total
Swaps	18.885	-	18.885	24.431	16.554	40.985
Prêmio de Opções	-	-	-	1.265	-	1.265
Total	18.885	-	18.885	25.696	16.554	42.250

	30/06/2019			30/06/2018		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	Hedge de valor justo			Hedge de valor justo		
	Negociação	justo	Total	Negociação	justo	Total
Swaps	10.492	403.968	414.460	6.580	152.802	159.382
Prêmio de opções	-	-	-	1.142	-	1.142
Total	10.492	403.968	414.460	7.722	152.802	160.524



f) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:

	30/06/2019				TOTAL	30/06/2018				TOTAL
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias		De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	
Swap	1.138	3.453	1.801	2.001	8.393	1.634	2.751	13.446	20	17.851
Prêmio de Opções	-	-	-	-	-	-	123	-	-	123
Total	1.138	3.453	1.801	2.001	8.393	1.634	2.874	13.446	20	17.974

Hedge de valor justo:

	30/06/2019				TOTAL	30/06/2018				TOTAL
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias		De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	
Swap	(16.490)	(55.742)	(154.145)	(177.591)	(403.968)	(8.862)	(34.367)	(69.103)	(23.916)	(136.248)
Total	(16.490)	(55.742)	(154.145)	(177.591)	(403.968)	(8.862)	(34.367)	(69.103)	(23.916)	(136.248)
Total geral	(15.352)	(52.289)	(152.344)	(175.590)	(395.575)	(7.228)	(31.493)	(55.657)	(23.896)	(118.274)

g) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "Instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(4.312)	(156.328)	(160.640)	9.460	10.312	19.772
Futuro	(6.192)	-	(6.192)	2.053	-	2.053
Prêmio de opções	271	-	271	(4)	-	(4)
Total	(10.233)	(156.328)	(166.561)	11.509	10.312	21.821

h) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi o seguinte:

	1º Semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(79)	(93.343)	(93.422)	(1.737)	72.143	70.406
Prêmio de opções	(401)	-	(401)	67	-	67
Total	(480)	(93.343)	(93.823)	(1.670)	72.143	70.473

i) Contabilidade de hedge:

O Conglomerado realizou operações de *hedge* de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada e variação cambial representada por parcelas de operações de crédito, arrendamento mercantil e captação, realizado nos termos da Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002.



(i.1) *Hedge* de valor justo de exposição à taxa de juros pré-fixada e variação cambial:

Com relação ao risco de taxa de juros pré-fixada representado por parcelas de crédito e variação cambial representado por empréstimo em moeda estrangeira, o Conglomerado adotou a prática de se proteger, em consonância com suas políticas de gestão de riscos, levando em consideração as taxas de captação praticadas.

Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o spread das operações. Estas operações de *hedge* são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade do *hedge* e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de *hedge*, considerando tratar-se de uma operação de *hedge* de risco de mercado.

(17) – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: a) situação de estresse determinada pelo Conglomerado e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações contábeis; b) situação de estresse considerada pelo Conglomerado com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; c) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer.

30/06/2019

Exposição	MTM - exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.044.485	(25.843)	(21.411)	(41.869)

30/06/2018

Exposição	MTM - exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	3.908.355	(27.673)	(34.487)	(65.729)



(18) – OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	1º Semestre			
	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Serviços de análise de crédito	16.677	31,4%	16.416	29,4%
Comissões sobre garantias prestadas	12.070	22,8%	13.014	23,3%
Outros serviços bancários : custódia, cobrança, outros	13.691	25,8%	11.654	20,9%
Taxa de administração de fundos e carteiras	7.082	13,4%	7.400	13,3%
Tarifas de câmbio e operações de bolsa	3.472	6,6%	7.363	13,1%
Total	52.992	100,0%	55.847	100,0%

(b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre			
	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Processamento de dados e informática	(25.825)	39,2%	(22.102)	36,9%
Serviços técnico especializado	(7.567)	11,5%	(7.142)	11,9%
Aluguéis e condomínio	(7.361)	11,2%	(6.981)	11,6%
Serviços do sistema financeiro	(5.352)	8,1%	(5.455)	9,1%
Serviços de terceiros	(4.077)	6,2%	(4.047)	6,8%
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(3.196)	4,9%	(1.320)	2,2%
Viagens	(2.029)	3,1%	(1.801)	3,0%
Depreciação e amortização	(1.927)	2,9%	(1.706)	2,8%
Vigilância e segurança	(1.627)	2,5%	(1.569)	2,6%
Comunicações	(666)	1,0%	(1.832)	3,1%
Outras despesas administrativas	(6.175)	9,4%	(5.986)	10,0%
Total	(65.802)	100,0%	(59.941)	100,0%

(c) Outras receitas operacionais

	1º Semestre			
	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Rendas de títulos e créditos (i)	27.967	56,0%	23.561	71,2%
Atualização de depósitos judiciais e de tributos a compensar	1.823	3,7%	2.919	8,8%
Reversão de provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.482	15,0%	4.084	12,3%
Dividendos recebidos e/ou declarados	559	1,1%	604	1,8%
Outras receitas (ii)	12.076	24,2%	1.929	5,9%
Total	49.907	100,0%	33.097	100,0%

(i) Refere-se a rendas com títulos de créditos a receber sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios.



(ii) Refere-se substancialmente ao ISS e encargos a recuperar da Alfa Arrendamento Mercantil no valor de R\$ 8.205.

(d) Outras despesas operacionais

	1º Semestre			
	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Despesas de intermediação/equalização de contratos	(9.126)	14,4%	(6.715)	26,8%
Atualização e provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	(17.811)	28,1%	(10.520)	42,0%
Despesas com ISS (i)	(30.281)	47,8%	-	0,0%
Outras despesas	(6.153)	9,7%	(7.830)	31,2%
Total	(63.371)	100,0%	(25.065)	100,0%

(i) Refere-se substancialmente ao pagamento de ISS efetuado pela Alfa Arrendamento Mercantil relativo às operações de arrendamento mercantil do período de janeiro/14 a fevereiro/18, atualizado com multa, juros e atualização monetária.

(e) Resultado não operacional: composto basicamente por resultado obtido na venda de valores e bens.

(f) Administração de recursos de terceiros: O Conglomerado administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 6.745.611 (30/06/2018 R\$ 6.956.870).

(g) Contratação de seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 90.035 (30/06/2018 R\$ 75.855) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (30/06/2018 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (30/06/2018 R\$ 2.000), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

(h) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 informamos que as instituições financeiras integrantes do Conglomerado não mantêm planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-empregos a seus empregados.



(19) - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2019	2018
No início do semestre	882.065	337.970
Disponibilidade	7.376	1.045
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	874.689	336.925
No final do semestre	914.547	882.065
Disponibilidade	3.890	7.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	910.657	874.689
Caixa e equivalentes de caixa	32.482	544.095

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232846/O-2



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos

Administradores do

Banco Alfa de Investimento S.A. (Instituição líder do “Conglomerado Prudencial Alfa”)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“Bacen”), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Alfa em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Alfa, elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 08 de agosto de 2019.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas,



independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0